

CONFLUÊNCIAS TEÓRICAS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SOCIOLINGÜÍSTICA, PRAGMÁTICA E RETÓRICA[1]

*Tarso B. Mazzotti**

RESUMO

Não há como deixar de considerar a linguagem em uma teoria do conhecimento, menos ainda na das representações sociais. Não se trata apenas de palavras cujos referentes encontram-se no mundo, pois a linguagem opera os sentimentos, as emoções, por meio de regras de composição, que no dizer de Plantin (2005), constituem frases coordenadas ou uma gramática dos “nomes de sentimentos” aprovados pelas pessoas. Os significados são aprovados ou não pelos interlocutores, donde a eficácia dos atos de fala depender do que se sabe a respeito dos outros, possibilitando move-los ou emocioná-los por meio da palavra. Por isso, proponho o exame dos instrumentos conceituais desenvolvidos não apenas pela lingüística e pragmática, mas também pela retórica e poética. Ainda que o tema deste trabalho não seja a comparação entre a epistemologia genética e as demais, cabe recordar que Piaget efetivou uma forte revisão em sua proposta ao afirmar “ser preciso partir da significação dos predicados: pode-se defini-los como o conjunto de semelhanças e diferenças entre uma propriedade observada acerca de um objeto e os outros predicados simultaneamente registrados ou já conhecidos” (Piaget, 1987, p. 143).

[1] Texto de referência da comunicação proferida na V Jornada Internacional e III Conferência Brasileira sobre Representações Sociais, Brasília, de 31 de julho a 3 de agosto de 2007.

* E docente pesquisador da Universidade Estácio de Sá, Programa de Pós-Graduação em Educação, e do Centro Internacional sobre Representações Sociais em Educação e Subjetividade (Fundação Carlos Chagas).

Esse conjunto de semelhanças e diferenças é instituído pelo processo de comparação que resulta em metáforas e metonímias, ainda que Piaget delas não trate. Antes de se estabelecer uma “física de qualquer objeto” são instituídos conjuntos de semelhanças e diferenças que se apresentam como esquemas de pensamento usuais: as metáforas, as metonímias, nestas incluídas as sinédoques. Parece-me se esse significado mais pertinente ao figurativo do núcleo das representações sociais. É o que proponha analisar neste trabalho.

Palavras-chaves: Representações sociais; núcleo figurativo; metáforas e metonímias.

THEORETIC CONFLUENCES: SOCIAL REPRESENTATIONS, SOCIO-LINGUISTICS, PRAGMATIC AND RHETORIC.

ABSTRAT

There is no way to ignore the language into a knowledge theory, much less into the social representations. It is not only words which referents meet in the world, because the language operates the feelings, the emotions, through rules of compositions, which in Plantin (2005) words constitute coordinated phrases or a grammar of the “feelings names” approved by people. The meanings are approved or not by the interlocutors where the availability of the acts of the speech depend on what one know about the others, making possible to move them or to emotion them through the word. In order of this, I propose the examination of the conceptual instruments developed not only by the linguistic and pragmatic but also by the rhetoric and poetics. Even though the theme of this work is not to compare among the genetic epistemology and the others, it is important to remember that Piaget has actualized a strong revision in his propose when affirmed “to be necessary come from the meaning of the predicates: defining them as the set of resemblances and differences among an observed feature about an object and the another predicates simultaneously registered or already known” (Piaget, 1987, p.143). This set of resemblances is instituted by the process of comparison which results in metaphors and metonyms, even though Piaget does not talk about them. Before establishing a “physics of any object” sets of resemblances and differences are instituted which present themselves as schemes of usual thoughts: the

metaphors, the metonyms (including the sinedoques). It seems to me that this meaning is more pertinent to the figurative of the core of the social representations. Is that what I aim to analyze in this work.

Key words: Social representations; figurative core; metaphors and metonyms.

CONFLUENCIAS TEÓRICAS: REPRESENTACIONES SOCIALES, SOCIOLINGÜÍSTICA, PRAGMÁTICA Y RETÓRICA

RESUMEN

No hay como dejar de considerar el lenguaje en una teoría del conocimiento, menos aún en de las representaciones sociales. No se trata solo de palabras cuyos referentes se encuentran en el mundo, ya que el lenguaje opera los sentimientos, las emociones, por medio de reglas de composición, que según Plantin (2005), constituyen frases coordinadas o una gramática de los “nombres de sentimientos” aprobados por las personas. Los significados son aprobados o no por los interlocutores, donde la eficacia de los actos del habla depende de lo que se sabe respecto a los demás, posibilitando moverlos o emocionarlos por medio de la palabra. Por eso, propongo el examen de los instrumentos conceptuales desarrollados no apenas por la lingüística y pragmática, pero también por la retórica y poética. Aunque el tema de este trabajo no sea la comparación entre la epistemología genética y las demás, cabe recordar que Piaget hizo una fuerte revisión en su propuesta al afirmar “ser necesario partir de la significación de los predicados: se puede definirlos como el conjunto de semejanzas y diferencias entre una propiedad observada sobre un objeto y los otros predicados simultáneamente registrados o ya conocidos” (Piaget, 1987, p. 143). Ese conjunto de semejanzas y diferencias está instituido por el proceso de comparación que resulta en metáforas y metonimias, aunque que Piaget no trate de ellas. Antes de se establecer una “física de cualquier objeto” son instituidos conjuntos de semejanzas y diferencias que se presentan como esquemas de pensamiento usuales: las metáforas, las metonimias, en esas incluidas las sinécdoques. Me parece ser ese significado más pertinente al figurativo del núcleo de las representaciones sociales. Es lo que me propongo a analizar en ese trabajo.

Palabras-claves: Representaciones sociales: núcleo figurativo; metáforas y metonimias.

INTRODUÇÃO

O que digo é a coisa dita? Bebo o vinho do qual falo? A palavra é a coisa? Perguntas ingênuas? Não, perguntas elementares, básicas, suas respostas nos remetem às teorias da linguagem. Elas não são recentes, encontram-se em qualquer teoria do conhecimento desde os gregos antigos. Em um debate mais recente, do final do século XIX e inícios do XX, encontramos a afirmação de Frege a respeito da verificação do significado de palavras quando diz que Estrela da Manhã e Estrela da Tarde, nomes do planeta Vênus, são expressões de uma teoria astronômica. Isso significa que a verdade dos nomes encontra-se na verificação do que eles designam? Tomemos outro exemplo, agora apresentado por Russell, para quem a afirmação “o atual rei da França é calvo” nada significa, uma vez que a França atual não é monárquica. Mas, qual o significado de enunciados ou frases em um romance, em uma poesia, em um sistema formal? Como estabelecer o significado de enunciados que se referem às formas dos enunciados? Qual o sentido do dito que fala de si mesmo, de suas operações, de procedimentos que não se encontram fora do próprio do dizer? Se a representação especular sobre coisas do mundo pode ser posta em questão por ser ou não adequada ao representado, como estabelecer sua pertinência no caso de dizeres a respeito de entes mentais, como são as operações lógicas? Seria suficiente dizer que as operações lógicas procedem de nossas ações sobre os objetos, sobre as coisas?

Quando se diz que este vinho apresenta tais ou quais qualidades (predicados ou categorias), quem ouve ou lê traduz o que foi dito, opõe-se ou não a ele, podendo estabelecer algum acordo a respeito do vinho do qual se está falando. [2] Tal acordo, por mais interessante e valioso que

[2] Tomar consciência das operações conceituais é estabelecer uma relação de separação entre o que se faz e o como se faz, examinando os modos de fazer separado do agente, ou seja, torná-los objeto de pensamento. É o mesmo processo de descentração requerido em muitas situações sociais, por exemplo: em um debate regulamentado em que a pessoa é posta como que ausente com vistas a tratar apenas dos argumentos pronunciados. Piaget considerava que a tomada de consciência requer certo interesse pela coisa e que ela seja necessária, de alguma maneira, ao desenvolvimento do equilíbrio cognitivo. O interesse e as necessidades, motores do processo de desenvolvimento cognitivo, são, em Piaget (1975a; 1975b), fundamentalmente individuais, vitais ou quase-vitais. No entanto, o mesmo pesquisador verificou mais tarde que as ações e as significações precedem a tomada de consciência operatória. Os predicados ou categorias, as significações, em Piaget, são “o que se pode fazer” (PIAGET, 1987, 144), pelo que propõe ultrapassar a dicotomia entre o sentido e o significado que atormenta as filosofias da linguagem e as teorias da linguagem. Um estudo detalhado dessa virada conceitual na epistemologia genética pode fornecer pistas para um aperfeiçoamento de nossa compreensão dos processos cognitivos.

possa ser, não institui o que os interlocutores sentem, percebem, não fornece o mesmo sentido (*sensus*) para o vinho experimentado. O sentido (*sensus*), o percebido por uma pessoa, não é de maneira alguma o que a outra sente, mesmo que digam algo a respeito do vinho tomado de uma mesma garrafa. O referente /vinho/ só pode ser percebido de maneira idiossincrática, cada um o experimenta em sua particularidade, o que se diz a seu respeito não é ele mesmo, pois o aroma, o paladar, não é o mesmo que ouvir ou ler. Por essa razão põe-se em questão a teoria do conhecimento, que sustenta a completa verificabilidade de enunciados para evitar os enganos e as proposições sem sentido; propõe-se, então, que qualquer ajuste entre o dito e o significado resulta de uma negociação entre os atores sociais.

Não há como deixar de considerar a linguagem em uma teoria do conhecimento, menos ainda na das representações sociais. Não se trata apenas de palavras cujos referentes se encontram no mundo, pois a linguagem opera os sentimentos, as emoções, por meio de regras de composição que, no dizer de Plantin (2005, p. 2), constituem frases coordenadas ou uma gramática dos “nomes de sentimentos” aprovados pelas pessoas. Os significados são aprovados ou não pelos interlocutores, donde a eficácia dos atos de fala depender do que se sabe a respeito dos outros, possibilitando movê-los ou emocioná-los por meio da palavra. Por isso, proponho que examinemos os instrumentos conceituais desenvolvidos não apenas pela lingüística e pela pragmática, mas também pela retórica e pela poética.

DIZER É CONHECER

Moscovici (1976, p. 232) salienta que:

A imbricação do conhecimento e da língua na comunicação põe-se entre os fatos acerca dos quais estamos mais seguros: “As formulações simbólicas não podem ser separadas do comportamento global e do pensamento” (Lagache, 1934, p. 32). Poder-se-ia dizer que isso ainda é mais verdadeiro para a sociedade: conhecer socialmente uma coisa é dizê-la.

Conhecer é um ato de fala, afirmação que se encontra no mesmo espaço conceitual da sociolingüística ou da lingüística, tal como lemos em Calvet (2004, p. 161):

Caso se leve a sério a afirmação, amplamente aceita, de que a língua é um fato (ou um produto) social, então a lingüística só pode ser definida como o

estudo da comunidade social em seu aspecto lingüístico. E, por sua vez, a sociolingüística só pode ser definida como lingüística. Não há razões para estabelecer a língua como algo para além ou aquém do humano, das relações humanas. A mesma posição encontra-se na pragmática para a qual “uma enunciação [ato de fala] é significativa sobretudo porque é feita em uma comunidade de enunciadores que estão, por sinal, em relação interlocutiva real” (JACQUES, F. apud ARMENGAUD, 2006, p. 142).

A comunidade de enunciadores, os grupos sociais, a sociedade, os auditórios ou as assembléias estabelecem os significados dos sentidos (do que se sente) por meio de negociações tendo por base procedimentos menos ou mais conhecidos por seus membros. Esses procedimentos, desde a Antigüidade, foram tornados técnicas ou artes de convencer e persuadir, cuja sistematização, efetivada por Aristóteles, encontra-se capitulada em três disciplinas: Retórica, Dialética e Analítica. A Poética é uma quarta técnica, pela qual se mimetizam atos humanos para os apresentar aos auditórios com finalidades as mais diversas. Parafraseando Fernando Pessoa: [3] o poeta finge ou imita um sentimento que não precisa sentir, pois quem deve sentir é o leitor/ouvinte. O mesmo diz Edgar Allan Poe em sua “Filosofia da Composição” a respeito do poema “O Corvo”. [4] A poética e a retórica compartilham a arte de produzir emoções ou sentimentos nos outros, ainda que o poeta e o orador possam não sentir o que querem que os outros sintam.

A arte ou técnica encontra-se no saber negociar a distância entre o orador/poeta e os auditórios, aproximando-os a criar alguma identidade de sentimentos, partilhando significados (ver, por exemplo, MEYER, 2004, p. 125 a 138; PERELMAN, 2002, p. 46-47 [5]). Negocia-se a diferença de significados por meio do discurso, uma vez que esse é apreendido ativamente pelos auditores/leitores que não são receptores passivos, donde não se conduzem as pessoas como ovelhas ao aprisco: elas só se deixam levar

[3] Ver tanto o poema Autopsicografia, o mais conhecido, quanto Isto, em que o poeta português diz: “Dizem que finjo ou minto/ Tudo que escrevo. Não,/ Eu simplesmente sinto/ Com a imaginação. Não uso o coração.”, no final desse poema declara “Sentir? Sinta quem lê!”.

[4] Ver, por exemplo, <http://virtualbooks.terra.com.br>.

[5] Lavelle (1951, p. 13) sustenta que a palavra valor aplica-se a todos os casos em que se tem “uma ruptura da indiferença ou de igualdade entre as coisas, em tudo que uma delas deve ser posta antes da outra ou acima da outra, em que tudo que se considere superior e merece ser preferida”. Pelo que os valores ou preferíveis sempre resultam de uma negociação no grupo social.

quando concordam com as ordens, exortações, deliberações. A composição, a disposição das partes, instaura significados, e sendo um procedimento com vistas a, com o objetivo de, requer estreito vínculo com a situação.

Na situação retórica de deliberação busca-se estabelecer leis sobre o futuro; na judicial, decide-se sobre o passado; na epidítica, exortam-se ou censuram-se atos decidi-dindo acerca dos valores do grupo social. Na situação dialética, no diálogo entre pessoas com o mesmo conhecimento a respeito de algum tema, procura-se resolver impasses ou problemas, alcançar um conjunto de argumentos que serão considerados confiáveis, assim como os que serão deixados de lado e, por fim, pode-se constatar que ainda não se podem solucionar as contradições, mantendo-se no beco sem saída ou em aporia. Outra é a finalidade da situação em que se requer a demonstração, a qual se prepara por meio das técnicas da analítica ou da lógica, como passamos a denominar a analítica a partir da Idade Média. Nessa situação, que é também a do ensino, tem-se um conhecimento confiável a respeito de algo a ser apresentado aos que o ignoram. A exposição parte de axiomas ou hipóteses primeiras, que os aprendizes admitem sem contestar, encadeando-se os argumentos de maneira completa e sem falhas ou contradições. A mesma técnica é utilizada para examinar os argumentos com vistas a eliminar suas falácias e contradições, o que pode requerer uma nova interlocução dialética. Note-se que nada efetivamente novo é posto na situação expositiva: a novidade apresenta-se nas situações retóricas e dialéticas, nas quais sempre há que inventar, ou produzir argumentos eficazes para a persuasão ou convencimento (ver, por exemplo, WOLFF, 1995; MAZZOTTI, 2006). Para cada uma dessas situações há procedimentos eficazes e canônicos, estudados nas disciplinas retórica, dialética, lógica e poética.

LÓGICAS PARTICULARES

Pode-se dizer que essas técnicas operam por meio de lógicas particulares? Caso consideremos que procedimento é o mesmo que lógica, então não há problemas de nomenclatura e de conceito. Todavia, para evitar confusão, é mais adequado reservar a palavra lógica para as técnicas formais, bem como para a ciência que trata de seus operadores (ver MAZZOTTI, 2004). Com isso, parece-me, evitam-se identificações impróprias, como a que propõe uma lógica natural quando se trata de procedimentos não formais utilizados na retórica, por exemplo.

No entanto, é usual sustentar a existência de lógica natural, diversa da formal, que serve de critério de demarcação entre o pensamento comum e

o incomum, esse sendo o científico. Com base em tal concepção, Moscovici (1976, p. 48) estabelece a diferença específica entre as representações sociais e as científicas, ao dizer:

[As representações sociais são] sistemas que têm uma lógica e uma linguagem particulares, uma estrutura de implicações que se sustentam mais nos valores do que em conceitos. Um estilo de discurso próprio. Não as consideramos como “opiniões acerca de” ou “imagens de”, mas como “teorias”, “ciências coletivas” sui generis, destinadas à interpretação e fabricação do real.

O esquema ou estrutura de implicações, os processos inferenciais próprios das representações sociais, não seriam os da lógica, do encadeamento de proposições ou conceitos, mas ligações entre o que se considera preferível, desejável ou de maior valor. Há encadeamento implicativo, inferências a partir de premissas, porém essas são o que se considera desejável, preferível ou de maior valor para o grupo social.

Retornaremos a esse critério mais adiante, pois é preciso apresentar a resposta de Moscovici para a questão “o que a representação social representa?”

Há muito os filósofos compreenderam que toda representação é uma representação de alguém. Em outras palavras, ela é uma forma de conhecimento por meio do qual aquele que conhece substitui-se no que conhece. Do que decorre a alternância que a caracteriza: tanto representar quanto se representar. O que origina uma tensão no coração de cada representação entre o pólo passivo, marca do objeto [...], e o pólo ativo, a escolha do sujeito – a significação que ele dá e investe. (MOSCOVICI, 1976, p. 63)

Não se trata, pois, de uma concepção estruturalista, na qual o sujeito humano é descartado, em que a língua fala o homem. Se a representação é de alguém, se o objeto é esse alguém que se põe no que está para ser conhecido, o objeto, então ela não é externa ao sujeito humano, mas o que faz com que o grupo se apresente como tal para si e para os outros. Confluem-se, aqui, a sociolingüística, a pragmática e a retórica, uma vez que em cada uma dessas tomadas de posição o que se diz de algo é o que se diz de si e de seu grupo. Por isso, podemos perguntar: quando é necessária uma representação social?

[...] uma representação social emerge, diz Moscovici (1976, p. 171), quando há um perigo para a identidade coletiva, quando a comunicação dos conhecimentos submerge nas regras da soci-idade. A objetivação diminui esse

inconveniente integrando as teorias abstratas de um grupo especializado aos elementos do meio. Busca-se o mesmo resultado pelo processo de ancoragem, que transforma a ciência em um saber útil para todos. Como a palavra diz, a objetivação transfere a ciência para o domínio do ser, e a ancoragem delimita-a no domínio do fazer, para contornar o interdito da comunicação.

Moscovici está examinando o processo pelo qual uma teoria científica é assimilada e acomodada no repertório conceitual e afetivo em que predomina a “utilidade” (“transforma a ciência em um saber útil para todos”). A ancoragem sustenta-se no que se considera útil, no desejável para o grupo, no para que serve. O que em retórica de-nomina-se transposição de conceitos ou conhecimentos, também chamada transposição didática, é o procedimento de objetivação. Ambos os procedimentos operam simultaneamente, são processos de esquematização do comunicado, são processos figurativos.

O FIGURATIVO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Os processos figurativos instauram o que Moscovici (1987, p. 123) denominou “modelo figurativo”, que reconstitui uma teoria própria do pensar científico em um esquema que seleciona seus elementos de tal maneira que a distorce, desfalca-a e a suplementa com os valores do grupo (JODELET, 1989). O “modelo figurativo”

[...] penetrando no meio social como expressão do “real” – tornado, por isso mesmo, “natural” – é utilizado como se demarcasse diretamente a realidade. A conjunção de dois movimentos – a generalização coletiva do uso e a expressão imediata dos fenômenos concretos – permite que a representação torne-se um quadro cognitivo estável e oriente as percepções ou os julgamentos a respeito do comportamento e das relações interindividuais. (MOSCOVICI, 1976, p. 124)

Mas o que Moscovici entende por figura? “A palavra figura exprime, mais do que imagem, o fato de que não se trata somente de um reflexo, uma reprodução, mas também de uma expressão e de uma produção do sujeito” (MOSCOVICI, 1976, p. 63, nota 1). Assim, as figuras podem ser entendidas como as de pensamento: metáfora, metonímia (sinédoque) e ironia. Não por um movimento arbitrário de aproximação de teorias da linguagem e da retórica, mas pela caracterização do núcleo da representação social estabelecida por Moscovici (1976, p. 127): “uma vez naturali-

zado o núcleo da representação social, ainda é preciso demarcar e fixar as condutas individuais e as ordenar de maneira que estejam de acordo com aquele núcleo. Essa é a tarefa do pensamento classificatório”.

Uma vez que o “pensamento classificatório” sistematiza o núcleo da representação social, cabe a pergunta: como se dá a classificação das coisas no mundo? Recorde-se que classificar implica estabelecer hierarquia, pôr em ordem. Antes disso é preciso categorizar, estabelecer igualdades, logo desigualdades, entre os entes do pensamento, o que se faz por meio de predicados ou categorias. A categorização efetiva-se pela comparação que institui símiles, que podem ser postos em alguma ordem (classificados). A comparação entre seres conexos ou familiares produz metonímias, e entre os diversos ou em gênero ou espécie dá origem a metáforas, como demonstrou Tort (1989). Pelo que as metáforas e metonímias são os esquemas ou as figuras elementares de classificação.

Em suma, se o núcleo das representações sociais é figurativo, resultado de processos de classificação das coisas no mundo, então esses esquemas só podem ser metáforas e metonímias, como veremos a seguir.

A teoria das representações sociais proposta por Moscovici contesta a teoria piagetiana anterior a 1970, na qual as operações mentais são uma “física de qualquer objeto”, enfatizando que os processos classificatórios não são necessariamente formais, uma vez que na maior parte dos casos a formalização não é requerida pela sociedade. A mesma linha de crítica encontra-se na proposta de Tort, para quem os atos de classificação elementar sustentam-se em comparações que resultam em metáforas e metonímias. Isso implica afirmar que os significados resultam de negociações entre as pessoas ante algo que lhes parece novo, apoiando-se em esquemas ou figuras anteriores, pelo que constituem uma categorização e/ou uma classificação das coisas no mundo. Ainda que o tema deste trabalho não seja a comparação entre a epistemologia genética e as demais, cabe recordar que Piaget efetivou uma forte revisão em sua proposta ao afirmar “ser preciso partir da significação dos predicados: pode-se defini-los como o conjunto de semelhanças e diferenças entre uma propriedade observada acerca de um objeto e os outros predicados simultaneamente registrados ou já conhecidos” (PIAGET, 1987, p. 143). Esse conjunto de semelhanças e diferenças é instituído pelo processo de comparação que resulta em metáforas e metonímias, ainda que Piaget delas não trate. Antes de se estabelecer uma “física de qualquer objeto” são instituídos conjuntos de semelhanças e diferenças que se apresentam como esquemas de pensamento

usuais: as metáforas, as metonímias, nestas incluídas as sinédoques. Parece-me que esse é o significado mais pertinente ao figurativo do núcleo das representações sociais. É o que procurarei mos-trar a seguir.

FIGURAS DO PENSAMENTO

Consideremos cada uma das figuras de pensamento que operam a classificação elementar, começando pela metáfora. Essa figura resulta da comparação entre seres, ou entes diferentes, em gênero ou em espécie. A comparação é normalmente realizada por meio de uma analogia proporcional, na qual o foro, o que se compara, fornece significados ao tema, o que recebe os significados selecionados. Ilustrarei esse procedimento tomando pesquisas realizadas por Alves-Mazzotti (2001; 1997; 1996) a respeito das re-presentações sociais de “meninos de rua”. Dessas pesquisas retenho as que identifica-ram as representações sociais de dois grupos: (a) o de educadores sociais e (b) o de pais e adolescentes de classe média, policiais e seguranças de condomínios.

Revedo os dados daquelas pesquisas verifiquei que os meninos de rua eram vistos como reis da rua ou como heróis da resistência, a partir da relação analógica entre o espaço público e de poder (foro) com os meninos de rua, no caso do grupo “educadores sociais” (Quadro 1).

Quadro 1 Analogia que estabelece a metáfora “reis da rua” para “meninos de rua” no grupo “educadores sociais”

Tema	Foro
meninos de rua	espaço social público
rei	poder (público)

A metáfora tem por foro o lugar social, acentuando o caráter de “rua”: espaço de uso comum ou público de responsabilidade dos governos (poder público).

Para os grupos “educadores sociais” e “pais e seus filhos de classe média, policiais e seguranças” a mesma metáfora apresenta significados diferentes a partir da hierarquia entre os preferíveis ou dos valores. Para eles, os “meninos de rua” são legítimos detentores do espaço público, pois nada têm de seu, e como a sociedade é organizada de maneira ilegítima, eles são os heróis da resistência.

Os membros do grupo de “pais e outros” consideram que os “meninos de rua” usurpam o espaço público, são reis de mentira, falsos reis. Esse grupo social julga que as leis devem e precisam ser respeitadas, caso contrário todos serão feridos em seus direitos – um deles é o da livre circulação das pessoas pelos espaços públicos (ruas, em particular). O Quadro 2 mostra os argumentos que sintetizam as posições dos grupos.

Quadro 2 Reis da rua (lugar social)

educadores sociais	pais, adolescentes de classe média, policiais e seguranças
Poder legítimo, nada têm, senão a rua; são heróis da resistência; põem em questão a legitimidade do poder público.	Poder ilegítimo, a rua é de todos; tolhem o direito de ir e vir; são marginais; põem em questão os “pais dos meninos de rua” e as autoridades que não reprimem os “meninos de rua”.

A legitimidade do lugar social dos “meninos de rua” expressa o que os grupos consideram preferível na vida social, o que pode ser apresentado pelos argumentos sin-téticos dos dois grupos (Quadro 3).

Quadro 3 – O que é preferível?

O que é preferível?	pais, adolescentes de classe média, policiais e seguranças
Mudar a sociedade, porque injusta, está em crise; é preciso uma nova ordem social; é preciso uma revolução (meninos de rua: heróis da resistência; legítimos soberanos das ruas; vanguarda revolucionária)	Manter a sociedade, há crise por não se respeitar os direitos das pessoas, as leis, direito de ir e vir; é preciso garantir a segurança de todos (meninos de rua: reis de mentira; marginais)

A metáfora “reis da rua” condensa significados e coordena as representações sociais de “meninos de rua”; é seu núcleo figurativo, com significados diversos segundo o que se considera preferível. A partir daí é factível examinar as razões que os atores sociais apresentam para o que consideram ser característico da vida social e o que precisa ser alterado. O

que se apresenta quando tomamos por objeto a metonímia parte/todo presente na representação de vida social.

O esquema parte/todo pode ser entendido como um lugar comum (koinoí topoí), que recebe significados diferentes segundo a metáfora que o coordena: se parte/todo estiver subordinado a uma metáfora orgânica – ou seja, a vida social é como um corpo –, então as partes são subsumidas pelo todo; caso o todo resulte das interações entre as partes, então não há subordinação, ao contrário, são as relações das partes que determinam o todo (ver MAZZOTTI, 2002). Na classificação dos tropos ou figuras de pensamento, o esquema parte/todo aparece tanto na categoria de metonímia quanto na de si-nédoque, uma questão classificatória que, aqui, pode ser deixada de lado, pois nos interessa mostrar que a metonímia opera nos processos elementares de classificação a partir da familiaridade, ou semelhança, ou conexão entre significados. Quando, por exemplo, busca-se estabelecer o significado de algo a partir da associação de palavras, obtêm-se, no geral, metonímias.

A principal característica da metonímia é a de instituir símbolos, como altar, para religião; foice e martelo, para aliança operário-camponesa, que depois se tornou símbolo dos partidos comunistas. Outro exemplo: Comenius, em sua Didática Maior, afirma que o método que elaborara permite que o professor seja um organista que executa uma partitura que ele seria incapaz de compor. Por que é uma metonímia, não uma metáfora? A comparação entre o professor e o organista refere-se a algo do mesmo gênero: o trabalho humano; a partitura e o livro didático são da mesma espécie (do gênero anotações escritas que permitem organizar alguma ação). A força persuasiva da metonímia “professor-organista” decorre da adesão a uma metáfora oculta: a ordem universal é como um relógio, cujas peças são ordenadas de tal maneira que ele é eficaz para o que foi concebido, assim deve ser o trabalho humano, sendo preferível a ordem à desordem. Note-se que a metonímia professor/organista e livro didático/partitura se encontra em uma metáfora. Tal relação é usual, tanto que Tort (1989, p. 12) adiantou a seguinte tese: “A relação metonímia/metáfora não é uma simples relação de oposição ou de diferença externa. Cada um desses esquemas engloba seu oposto a título de componente ou de ligação interna. Assim, há ‘metonímico’ em qualquer metáfora e ‘metafórico’ em toda metonímia”.

Há outra dimensão a ser considerada, a subordinação dos argumentos ao preferível, no exemplo retirado de Comenius: a ordem em lugar da desordem condiciona e determina as inferências, assim como a busca das

analogias, o que, em Moscovici, caracteriza uma representação social. Isso pode ser ilustrado a partir de uma pesquisa a respeito das representações em relação à orientação/educação sexual apresentadas por médicos brasileiros no início e no final do século XX ante doenças sexualmente transmissíveis (DSTs).

Oliveira (2007) verificou que a maioria dos médicos brasileiros do início do século XX prescrevia a abstinência sexual e outras medidas sustentadas na doutrina católica para fazer frente à sífilis. Recentemente, quando da identificação da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) como uma DST, os médicos recomendam o uso de preservativo, deixando às pessoas a escolha da abstinência ou não. Em um caso, predomina a recomendação com base no que é preferível para a vida religiosa católica; no outro, a escolha individual apresenta-se com valor maior ou preferível. O conceito de transmissão é o mesmo, assim como a valorização da vida humana, mas em cada uma das situações a hierarquia dos preferíveis é diversa. São duas representações socialmente constituídas: na medicina contemporânea é o conceito de transmissão que determina a recomendação, sustenta-se no conceito e nos valores das escolhas pessoais a respeito do uso de preservativo ou abstinência.

Pode-se, assim, dizer que a representação contemporânea é científica e a dos médicos do início do século XX é uma representação social? Ambos os grupos não sustentam valores?

Certamente, ambos apóiam-se no que julgam ser desejável, preferível, mas há uma diferença radical. Na representação científica o preferível ou útil não é a manutenção dos laços grupais, ou profissionais por si mesmo, mas a obediência aos valores próprios dos procedimentos de investigação, capitulados nas metodologias científicas, e no que é útil para os outros. Por exemplo, na comunidade dos cientistas é valioso que os argumentos sejam impessoais, assim a crítica de algum enunciado não deve atingir a pessoa, o enunciatador, bem como a fraude deve ser punida rigorosamente. O conjunto das regras que estabelecem o ethos dos grupos de cientistas é análogo ao da situação democrática, especialmente ao dos tribunais em que se instituem evidências e juízos que podem ser refeitos quanto se encontram novos argumentos. Não é o caso aqui, de estender essas considerações, pois ultrapassam em muito os objetivos desse trabalho. Cabe, porém, retornar à ilustração apresentada anteriormente. Frente à sífilis, os médicos recomendaram condutas orientadas pelo desejável na cultura católica apostólica romana; face à AIDS, os médicos recomendam preservativos e outras

medidas congruentes com os conceitos de transmissão do vírus da imunodeficiência adquirida. Ambos os grupos têm como valor maior a manutenção da vida saudável. Todavia, na posição contemporânea, essa vida saudável independe das confissões religiosas, pois considera que as pessoas são livres para realizar suas escolhas, ainda que isso possa ser contestado em certas circunstâncias, como se pode verificar nos debates no âmbito da bioética. Como os valores operam nos processos classificatórios, é factível o uso dos instrumentos da retórica para expor os lugares-comuns do preferível ou do desejável em ação nas representações sociais (MAZZOTTI, 2006). Esses lugares-comuns do preferível encontram-se codificados em Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), bem como em Perelman (2002), mas não cabe aqui sua exposição.

Resta a figura ironia, que não se confunde com sarcasmo. O sarcasmo atinge a pessoa, a ironia efetiva a negação, a contradição de argumentos apresentados, seja na forma de uma sentença, seja na de uma figura. Na ilustração do papel da metáfora para “meninos de rua”, “reis da rua” é ironicamente apresentada pelos pais, adolescentes de classe média, seguranças e policiais. Eles parecem dizer: sim, são reis da rua, mas são reis de mentira. A força da ironia está em aceitar o argumento expondo seu avesso, que parece ser mais plausível para um grupo social. Recorre-se à ironia para pôr em questão o que se considera preferível fazer ou ter. Utilizando a mesma ilustração, o grupo de pais e outros considera ser preferível manter a lei, donde os reis da rua serem uma farsa. Outro exemplo, face à metáfora seleção natural, que se sustenta na noção de produção da algo pelas circunstâncias casuais, apresenta-se na ironia do relojoeiro cego.

Em suma, os discursos são organizados ou estruturados em torno de metáforas e metonímias que, ao serem analisadas, mostram tanto o esquema de comparação e semelhanças ou familiaridades utilizadas pelos atores sociais quanto o que eles consideram preferível defender. As metáforas e metonímias coordenam e condensam significados, os atos de fala, o que se diz do mundo e, com isso, organizam as ações humanas. Mais ainda: em situações conflituosas recorre-se à ironia para rejeitar as representações dos outros, o que nos permite compreender a representação em que se sustenta e o que se diz contra a dos demais.

CONCLUSÃO

Como afirmou Moscovici (196, p. 232): “conhecer socialmente uma coisa é dizê-la”, pelo que também se institui o grupo social. Calvet (2004,

p. 161) afirma que a “lingüística só pode ser definida como estudo” da comunidade social “por seu aspecto lingüístico”. O que é análogo ao sustentado por Armengaud (2006, p. 142), ao dizer que o ato de fala só é significativo por realizar-se em uma “comunidade de enunciadores que estão, por sinal, em relação interlocutiva real”. Tem-se, então, que a teoria das representações sociais, da lingüística e da pragmática confluem ao sustentarem que os atos de fala só são significativos no âmbito de uma comunidade que mantém relação de interlocução permanente. Como essa comunidade ou grupo social institui sua identidade pelo que dizem, temos que o dito é uma representação social, que apresenta “uma estrutura de implicações que se sustenta mais nos valores do que nos conceitos” (MOSCOVICI, 1976, p. 48). A identidade, bem como outros objetos, é posta para o grupo a partir de atos ou esquemas classificatórios elementares: as metáforas e metonímias (TORT, 1989), que condensam e coordenam significados constituindo os núcleos figurativos das representações sociais que não são apenas um reflexo, uma reprodução, “mas também uma expressão e uma produção do sujeito” (MOSCOVICI, 1976, p. 63, nota 1).

Caso assim se entenda, então será admissível operar com os instrumentos desenvolvidos pela lingüística, pela pragmática e pela retórica, tanto para aperfeiçoar as análises quanto para buscar alguma formulação que unifique essas teorias. Mais modestamente, sugiro o uso dos instrumentos da retórica, da lingüística e da pragmática na análise dos corpora discursivos obtidos nas pesquisas de representações sociais. Acredito que isso permitirá o aperfeiçoamento dos instrumentos analíticos e explicativos, aumentando o grau de consistência entre a teoria das representações sociais e suas técnicas de investigação.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. J. As representações dos educadores sociais sobre os “meninos de rua”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 77 (187) 497-524, 1996.
- _____. Representações sociais de meninos de rua. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, 22 (1), 183-207, 1996.
- ARMENGUAD, F. A pragmática. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006 (La Pragmatique. Paris: PUF, 1985).
- CALVET, L-J. Sociolingüística: uma introdução crítica. Tradução: Marco Macionilo. São Paulo: Parábola, 2002 (La Sociolinguistique. Paris: PUF, 1993).
- DUARTE, M. A.; ALVES—MAZZOTTI, A.J. A representação de “menino de rua” por crianças e adolescentes da classe média. In MOREIRA, A. S. P. (Org.) *Representações sociais. Teoria e Prática*. João Pessoa: Editora Universitária/Autor Associado, 2001, p. 391-410.

- JODELET, D. Représentations sociales un domaine en expansion. In JODELET, D. (Ed.) Les représentations sociales. Paris: PUF, 1989.
- LAVELLE, L. Traité des valeurs. Paris: Presses Universitaires de France, 1951 (2 to-mos).
- MAZZOTTI, T. B. Los Valores en las representaciones sociales. Roma: International Conference on Social Representations, 2006.
- MAZZOTTI, T. B. A verdade como consenso determinado pelas técnicas argumentati-vas. In VIDAL, V.; CASTRO, S. (Orgs.) A questão da verdade: da metafísica moderna ao pragmatismo. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p.144-153.
- MAZZOTTI, T. B. Lógica natural ou algoritmo? Educação e Cultura Contemporânea. Rio de Janeiro, 1 (2), 2004, p. 61-79.
- MAZZOTTI, T. B. Núcleo figurativo: themata ou metáforas? Psicologia da Educação. São Paulo, 14/ 15, 1º e 2º semestres de 2002, p. 105-114.
- MEYER, M. Perelman, le renouveau de la rhétorique. Paris: PUF, 2004, p. 123-138.
- MOSCOVICI, S. La Psychanalyse son image et son publique. Paris: PUF, 1976 (2e édition entièrement refundue).
- PERELMAN, Ch. L’emprie rhétorique. Rhétorique et argumentation. Paris: Vrin, 2002, 2ª edição.
- PERELMAN, Ch.; OLBRECHTS-TYTECA, L. Tratado da argumentação. A Nova Retórica.
- Tradução de: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. S. Paulo: Martins Fontes, 1996 (Traité de l’argumentation. La Nouvelle Rhétorique, Éditions de l’Université de Bruxelles, Bru-xelles, 1958).
- PIAGET, J.; GARCIA, R. Vers une logique des significations. Genève: Murionde, 1987.
- PIAGET, J. L’Équilibration des structures cognitives: problème central du développement. Paris: PUF, 1975a.
- PIAGET, J. Réussir et comprendre. Paris: PUF, 1975b
- PLANTIN, Ch. La construction rhétorique des émotions. in E. RIGOTTI (éd.), Rhetoric and argumentation. (Proceedings of the IADA International conference, Lu-gano), p. 203-219. (Localizado <gric.univ-lyon2.fr/membres/cplantin/Construction_des_emotions.doc>, em 29/11/2005, 21h, cita-do conforme a paginação desse arquivo.)
- OLIVEIRA, L. S. Representações sociais de ‘sexualidade’ encontradas na educação/orientação sexual no início da República Brasileira. Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá/ Mestrado em Educação e Cultura Contemporânea, 2007.
- TORT, P. La Raison classificatoire. Paris: Aubier, 1989.
- WOLFF, F. Trois techniques de vérité dans la Grèce classique: Aristote et l’argumentation. Paris: CNRS, Hermes, 15 (Argumentation et Rhétorique, 1) (1995), p. 41-72.